

# Chacina dos Tikuna

## Líderes Tikuna dão prazo a Sarney

431

Não há perigo de um novo conflito armado entre índios Tikuna e brancos na região do Lago do Capacete, município de Benjamim Constant, no Estado do Amazonas. Pelo menos até o dia 23, prazo máximo que os índios vão esperar pela "justiça branca" para punir os responsáveis pelo massacre que vitimou quatro indígenas, provocou ferimentos em dez e o desaparecimento de mais 13.

Foi o que garantiu ontem o comandante do povo Tikuna, Nino Fernandes, em entrevista ao **Jornal do Comércio**, no Aeroporto Eduardo Gomes, quando esperava um avião para levá-lo, juntamente com mais cinco representantes da comunidade indígena, a Brasília, onde deverá ter um encontro hoje com o presidente José Sarney e com o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Romero Jucá Filho.

Nesse encontro, os líderes Tikuna adiantaram que vão dar um ultimato ao presidente José Sarney e a Romero Jucá Filho para punir os autores do

massacre. "Vamos esperar até o dia 23 deste mês pela Justiça do branco. Todas as aldeias já foram avisadas da intermediação com as autoridades brancas e por isso não há perigo de qualquer revide por nossa parte", frisou Nino Fernandes.

Porém, se até o dia 23 os "brancos" não tomarem qualquer decisão para punir os responsáveis pelo massacre do último dia 28, Nino Fernandes anunciou que no dia 24 vão reunir em São Leopoldo, comunidade mais próxima da área do conflito, 65 capitães e 165 professores Tikuna para tomar uma decisão. Ele, no entanto, não adiantou qual poderá ser essa decisão. "Vamos aguardar a decisão dos brancos para manifestar-mos posteriormente", enfatizou.

O delegado substituto da Funai em Tabatinga, Pedro de Paula Ramos, em entrevista exclusiva por telefone ao **JC**, disse ontem que a liberdade de Oscar Castelo Branco, principal suspeito de ser o mandante do massacre

dos índios Tikuna na região do lago do Capacete, e mais dezoito posseiros, poderá provocar novo conflito armado entre brancos e índios.

Esta é a expectativa entre os funcionários da Funai e da Polícia Federal, que estão na área desde terça-feira. Segundo Pedro de Paula Ramos, os números oficiais dão conta de quatro mortos, dezessete feridos e mais dez desaparecidos. Apesar de a Funai não dar como mortos os índios desaparecidos, Pedro acredita que alguma coisa de "anormal" tenha acontecido com esses indígenas. "Eles são os maiores conhecedores da região, portanto não iriam se perder. Outros que estavam também desaparecidos, foram encontrados em comunidade próxima. Por isso, apesar de não ter certeza, creio que eles estejam mortos", complementou Pedro.

Ele informou também que os dezoitos colonos acusados e mais Oscar Castelo Branco estão em liberdade,

porque não houve flagrante, apesar de o inquérito estar em andamento em Tabatinga. "A comunicação do massacre só nos chegou depois de algum tempo, quando o colono José Pereira de Macêdo foi internado no Hospital Militar de Tabatinga. Ele teria sido um dos contratados por Oscar para fazer a emboscada, mas os índios o desarmaram e o feriram com objetos pontiagudos", justificou o delegado substituto.

Tanto Pedro de Paula Ramos quanto o prefeito de Benjamim Constant, João Oliveira, também conhecido como "Português", acreditam que o clima continua sob muita tensão. João Oliveira disse à agência Estado que "tudo pode acontecer, pois existe pânico e medo entre os brancos. Ele disse também que grande parte das trezentas famílias de pequenos e médios agricultores, está se deslocando para a sede do município, temendo uma revolta dos índios.

## Cimi pede punição ao autor das mortes

Os índios Tikuna estão decidindo a melhor atitude a ser tomada para exigir que sejam punidos os responsáveis pelo conflito no Sítio do Capacete, no município de Benjamin Constant, do qual resultou cerca de 10 índios mortos, quatro desaparecidos e 27 feridos. A informação foi fornecida ontem pelo coordenador do Conselho Indigenista Missionário (Cimi-Norte-1) Francisco Guenter.

Guenter disse que os índios do Capacete estão sem entender por que o principal suspeito do massacre ocorrido na segunda-feira da semana passada, 28, o fazendeiro Oscar Castelo Branco, está em liberdade. Além disso, o coordenador do Cimi contesta a

forma como o caso está sendo caracterizado — um conflito entre "posseiros" e índios. Ele é de opinião que o certo seria, em vez de posseiros, "o latifundiário, comerciante e madeireiro Oscar Castelo Branco, que arremontou pessoas para fazer o massacre".

Segundo Guenter, o ataque — "comandado pelo fazendeiro Castelo Branco" — foi bem planejado e não como se insinuou, em resposta à agressão dos índios. "Eles fecharam todas as saídas que restavam aos índios durante o massacre, inclusive as que davam para o rio", afirmou.

Francisco Guenter considerou ainda a notícia de que o índio tukano

Américo Maranhão teria sofrido o atentado por pessoas interessadas em um dossiê que lhe foi entregue por Roberto Zuazo (que se diz pesquisador étnico-linguístico) uma acusação muito séria. Esse dossiê, segundo Zuazo, continha provas de que as organizações União das Nações Indígenas (UNI), o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e Instituto de Estudos Amazônicos (IEA) estariam utilizando verbas de bancos internacionais em projetos fantasmas na Região Amazônica.

De acordo com o raciocínio de Francisco Guenter, das organizações que Zuazo denuncia, somente a UNI possui representantes em Manaus. Is-

so implica, para Guenter, que Zuazo responsabiliza a UNI pelo atentado que sofreu o índio Américo Maranhão, ainda em coma no Hospital Getúlio Vargas.

O pior, na opinião de Guenter, é que Roberto Zuazo não prova as suas denúncias. "Pelo que manifesta, ele não conhece o trabalho da UNI. Ele, simplesmente, supõe tudo aquilo que fala em forma de denúncia. Penso que talvez queira desestruturar a organização indígena, a exemplo do que já foi tentado com o Cimi (em uma campanha movida pelo jornal "O Estado de São Paulo"). Parece não ser uma denúncia gratuita. Ele pode estar sendo pago para isso", atestou.

CIMI - NORTE 1  
Jornal do Estado  
Data: 28/11/88 p. 05

## Funai quer enquadrar crime por genocídio

BRASÍLIA — Os responsáveis pela chacina dos índios Tikuna, ocorrida em Tabatinga, na semana passada, deverão ser enquadrados no crime de genocídio. Pedido nesse sentido foi encaminhado ontem ao procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, pelo presidente da Funai, Romeu Jucá Filho. O presidente da Funai justificou a solicitação, argumentando que "toda a Nação brasileira foi atingida com a chacina praticada por posseiros contra índios indefesos". A qualificação de genocídio sujeita os acusados a júri presidido por juiz federal e amplia as penas além do que dita o Código de Processo Penal, Artigo 121,

que determina 12 a 30 anos de reclusão para os crimes qualificados.

Num encontro que teve ontem com o diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, Romeu Tuma, Jucá Filho informou o pedido de enquadramento do crime de genocídio feito ao Ministério Público, lembrando que, em 1987, os 27 assassinos de três índios Xacriabá, em Minas Gerais, também foram enquadrados e estão presos aguardando julgamento. De acordo com Romeu Tuma, que esteve na região acompanhando as investigações, a Polícia Federal está realizando inquérito e só aguarda o

resultado da necropsia dos índios mortos para indiciar os responsáveis. Até o momento, estão retidos, sob "custódia moral" da Polícia Federal, 18 suspeitos da chacina, entre eles o madeireiro Oscar Castelo Branco. Segundo o diretor-geral do DPF, Oscar Castelo Branco é um forte suspeito, porque em sua casa foi apreendida a maioria das armas usadas no crime e porque ele tem interesse econômico na região e reluta em sair mesmo com a demarcação das terras dos Tikunas. Castelo Branco tem, ainda, antecedentes relacionados a hostilidade aos índios.

Até o final da tarde de ontem, Romeu

Tuma disse que a polícia só tinha encontrado 4 corpos, dez índios continuam desaparecidos e suspeita-se que também estejam mortos. Dos 13 feridos que estavam hospitalizados, 12 tiveram alta ontem. O quadro na região, disse o diretor-geral do DPF, é de revolta, motivo porque o Comando Militar da Amazônia está de prontidão na fronteira entre o Brasil e Colômbia, nos municípios de Tabatinga e Benjamin Constant, no Alto Solimões, onde ocorreu a chacina. O objetivo, disse, é tranquilizar os índios e informar que as autoridades policiais estão agindo, evitar uma vingança e manter os demais posseiros fora do conflito.

## Perito vai examinar os corpos dos Tikuna

BRASÍLIA (Sucursal — Cláudio Barzoza) — Representantes dos índios Tikuna estão sendo esperados hoje em Brasília para acompanhar pessoalmente o inquérito que apura o massacre ocorrido semana passada em Benjamin Constant. Ontem o presidente da Funai, Romeu Jucá Filho, disse estranhar um conflito dessa proporção envolvendo índios e posseiros, enquanto o superintendente da Polícia Federal, Romeu Tuma, confirmou para esta semana o envio de um perito de ballística para a área a fim de identificar as armas usadas no tiroteio.

Representantes do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) disseram ontem à tarde que estão acompanhando todo o desenrolar do inquérito e manifestaram estranheza pelos posseiros que participaram do conflito estarem em liberdade. O Cimi informou também que está aguardando para hoje a chegada de alguns índios Tikuna que estariam vindo para Brasília a fim de

acompanhar pessoalmente o desenrolar do caso.

Ontem à tarde o presidente da Funai, Romeu Jucá e o superintendente da Polícia Federal participaram de uma reunião, logo depois que Tuma manteve um encontro com o presidente Sarney, onde informou ao Presidente sobre as providências que estavam sendo tomadas em relação ao massacre.

Após o encontro com Jucá, Romeu Tuma disse que o inquérito está correndo e que serão apuradas todas as responsabilidades. Disse ainda que o delegado do município de Tabatinga, Ari Marinho de Oliveira, já ouviu no sábado o suposto mandante dos assassinos, Oscar Castelo Branco e o segundo posseiro que, provavelmente, foi o que avisou aos pistoleiros do momento exato para agirem.

Tuma confirmou também o envio de um perito em ballística para identificar as armas usadas no tiroteio. Segundo ele, os cadáveres dos quatro mortos encontrados

serão necropsiados e o resultado enviado a Justiça. De posse dos resultados, a Polícia Federal pedirá a prisão preventiva dos acusados, que ao todo, chegam a deztoito.

Já o presidente da Funai, Romeu Jucá, disse estranhar o conflito dessa proporção, pois conforme justificou, desde 1984 os posseiros estão em acordo com a Funai, que resolveu indenizá-los, desde de que saíssem da área. — Atualmente, — são dez os posseiros que ainda estão na região, sendo que Oscar Castelo Branco, ocupa o maior espaço nas terras dos índios, mantendo inclusive uma serraria em pleno funcionamento.

Jucá lembrou que a presença de posseiros em áreas indígenas sempre foi motivo de preocupação para a Funai. Ele citou, como exemplo, que em fevereiro deste ano a Polícia Federal prendeu, em Itacarambi, Minas Gerais, 27 pistoleiros que invadiram a reserva indígena Xacriabá e mataram a tiros, três índios. Os criminosos estão aguardando julgamento por crime de geno-

cídio na própria Superintendência da Polícia Federal, em Belo Horizonte.

Para o presidente da Funai, se "agora no Amazonas, este crime ocorrido contra os Tikunas, também for encarado como genocídio, irá sem dúvida desestimular novos crimes contra nossas comunidades indígenas e proporcionar o julgamento de outros crimes ainda impunes", afirmou.

Segundo informações da Funai, os índios Tikuna formam o maior grupo indígena do País, com uma população de quinze mil índios. Suas terras, num total de 1,239 milhões de hectares, estão situadas nos municípios de Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, — Santo Antônio do Içá e Amaturá. Já foram demarcadas seis áreas pertencentes a este grupo, sendo que a área de São Leopoldo, onde ocorreu o conflito na semana passada, foi interditada em 15 de abril de 1986, ano que começou o processo de demarcação das terras, concluído em 1987.

CIMI - NORTE I  
Perito de Ballística  
Data: 05/04/88 P. 125